

Divinópolis/MG, 16 de Maio de 2018

SINTRAM APOIA CPI QUE VAI INVESTIGAR GASTOS COM PUBLICIDADES NA PREFEITURA E NA CÂMARA

Foi publicada na edição do Diário Oficial dos Municípios Mineiros desta quarta-feira (16) a portaria 068/2018 assinada pelo presidente da Câmara Municipal, vereador Adair Otaviano (MDB) que institui a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possível indício de ilegalidade na prestação de serviços de publicidade pelo Legislativo Municipal e pela prefeitura de Divinópolis. A CPI vai investigar os gastos relativos ao ano passado e foi constituída pelos vereadores César Tarzan (PP), Edson Sousa (MDB), autor do pedido de CPI, Josafá Anderson (PPS) Renato Ferreira (PSDB) e Rodrigo Kaboja (PSD). Quatro integrantes da CPI são ligados ao prefeito Galileu Machado e votam de acordo com o presidente da Câmara e com o governo. Edson Sousa, embora esteja filiado ao MDB, é o único membro oposição ao prefeito e ao presidente da Câmara.



Dos 17 vereadores que compõem a Câmara Municipal de Divinópolis, 14 assinaram o pedido de instauração da CPI. Somente não assinaram o pedido o presidente da Câmara, Adair Otaviano (MDB), o líder do prefeito Rodrigo Kaboja (PSD) e Raimundo Nonato (PDT).

De acordo com o pedido para instauração da CPI, há “possível indício de ilegalidade na prestação de serviços referente aos gastos com verbas de publicidade”. Ainda segundo a justificativa, “a princípio, o que se tem já como fato determinando é um descumprimento legal referente às verbas de publicidade. Além disso, entenda-se que a solicitação fundamenta-se nos dispositivos do Regimento Interno do Poder Legislativo e Lei Orgânica”.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Luciana Santos, disse que o Sindicato apoia a investigação. “Nós não somos contra publicidades e achamos até que em doses corretas, ela é necessária. Porém, diante do quadro de dificuldade financeira que o município atravessa, a



publicidade passa a ser supérflua, pois há prioridades que não podem ser abandonadas, como por exemplo, manter o sistema de saúde funcionando adequadamente, garantir a limpeza urbana,

o desempenho do trânsito e a principal preocupação nossa do Sintram, que é garantir o pagamento em dia dos servidores. No ano passado e início desse ano já houve atrasos e parcelamentos diante das dificuldades do município. Portanto, em situação de crise é preciso nomear as prioridades e publicidade, embora necessária, não é prioridade”, afirmou a presidente.

Luciana Santos lembrou que o Sintram vem batalhando desde o início do governo para a contenção de gastos e redução do número de comissionados. “Aqui no Sintram adotamos rígido processo de economia e desde o início do atual governo, estamos alertando sobre as dificuldades financeiras que o município atravessa, sem que houvesse medidas concretas para conter essa sangria. O número de comissionados poderia ser reduzido e há gastos que não são bem explicados. O presidente da Câmara tomou a medida certa e agora esperamos que ele dê totais condições para a CPI realizar o seu trabalho. E é sempre bom frisar que a instauração da CPI não significa necessariamente que haja algum tipo de ilegalidade, mas significa transparência do poder público e a possibilidade de esclarecer dúvidas. Por outro lado, se houver algum tipo de ilegalidade, defendemos que sejam adotadas as medidas necessárias”, concluiu. **(Matéria Sintram)**

CONTRATOS ANTERIORES À REFORMA ESTÃO SUJEITOS À NOVA NORMA, DECIDE MINISTÉRIO DO TRABALHO

O Ministério do Trabalho interpreta a lei contra o trabalhador e a favor do empregador. Em despacho publicado no Diário Oficial da União (DOU), desta terça-feira (15), o ministro da pasta, Helton Yomura, aprovou parecer jurídico da Advocacia Geral da União (AGU), que entende que as novas regras trabalhistas são aplicáveis de “forma geral, abrangente e imediata” a todos os contratos de trabalho regidos pela CLT, inclusive àqueles iniciados antes de sua vigência.

Esta “controvérsia” surgiu após a perda da eficácia, no dia 23 de abril, da MP 808/17, que fazia ajustes na Lei 13.467/17. Dentre esses ajustes estava a explicitação da abrangência da nova norma: “Art. 2º O disposto da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, se aplica, na integralidade, aos contratos de trabalho vigentes”. O despacho, então, resgata e valida o comando da medida provisória.

Desse modo, com a perda da eficácia da MP 808, que determinava de forma clara a questão, abriu-se lacuna na interpretação desse marco legal. Afinal, a Lei 13.467 abrange ou não os contratos de trabalho anteriores à vigência da norma?

Assim, o despacho do ministro dirimiu 3 situações distintas que surgiram com o início da vigência da Reforma Trabalhista:

1) “aplicação [da norma] em relação aos contratos que se iniciam com a lei já vigente,

portanto novos contratos de trabalho celebrados a partir do dia 11/11/17”;

2) “aplicação [da norma] em relação aos contratos encerrados antes de sua vigência, portanto, antes de 11/11/17”; e

3) “aplicação [da lei] aos contratos celebrados antes de sua vigência e que continuaram ativos após 11/11/17”.

Na “conclusão” do despacho, o ministro fecha a questão: “entende-se que mesmo a perda de eficácia do artigo 2º da MP 808/2017, a qual estabelecia de forma explícita, apenas a título de esclarecimento, a aplicabilidade imediata da Lei 13.467/2017 a todos os contratos de trabalho vigentes, não modifica o fato de que esta referida lei é aplicável de forma geral, abrangente e imediata a todos os contratos de trabalho regidos pela CLT (Decreto-lei nº 5.542, de 1º de maio de 1943), inclusive, portanto, àqueles iniciados antes da vigência da referida lei e que continuaram em vigor após

11/11/2017, quando passou a ser aplicável a Lei 13.467/2017.”

(Fonte: Diap)

Elsinho Mouco, o marqueteiro de Temer, inventa a “gafecomunicação”

A frase “O Brasil voltou, 20 anos em 2” é a mais nova pérola. É preciso uma estratégia para produzir tantos disparates

Começo a desconfiar da existência de uma estratégia ousada por trás das recorrentes gafes produzidas por Elsinho Mouco, o marqueteiro de Michel Temer, e sua equipe de comunicação. É preciso método para tantos disparates.

Eis a minha tese: diante da impossibilidade de conceber qualquer propaganda ou informação que empreste credibilidade ao governo e retire a popularidade de Temer do lamaçal (a última pesquisa CNT-MDA captou estrondosos 4% de apoio ao emedebista), Mouco recorre à chacota, ao escracho, em busca de alguma empatia com o público. Falem mal, mas falem de mim, prega o ditado.

Seria uma medida desesperada, concordo, mas o marqueteiro não tem nada a perder. Temer é o presidente mais impopular da história e poderia facilmente protagonizar a série “Todo mundo odeia o Chris”, que, por sinal, durou quatro temporadas (um mandato presidencial inteiro no Brasil). Como apregoava o deputado federal Tiririca em sua campanha, “pior do que está não fica”. Ou fica?

De caso pensado ou não, Mouco e sua equipe, temos de admitir, se esforçam. A mais recente pérola estava impressa no convite para a “celebração” de dois anos da tomada de poder por Temer, no qual se lia a brilhante frase: “O Brasil voltou, 20 anos em 2”.

Nem o mais ferrenho dilmista descreveria o período com tamanha precisão. No Twitter, o senador petista Lindbergh Farias foi ao ponto: “Se tirar a vírgula fica perfeito”. Há até quem aponte a modéstia dos marqueteiros: o retrocesso teria sido muito maior. Segundo o



jornal *O Estado de S.Paulo*, o slogan gerou uma crise na comunicação do Palácio do Planalto.

Por que só agora? Fazia algum sentido, por acaso, tentar converter em elogios ao governo o maroto conselho (“É preciso manter isso aí, viu?”) de Temer ao empresário Joesley Batista? Mouco esperava transformar água em vinho: a sugestão entre cúmplices pronunciada às escondidas viraria uma celebração da inexpressiva queda do desemprego e do raquítico crescimento do PIB no ano passado.

A realidade derrubou seus planos. Se havia pouco a comemorar, agora não existe nada. No primeiro trimestre de 2018, o índice de desocupados voltou a crescer e ultrapassou a barreira dos 13% (o Brasil tem o quarto pior percentual do mundo).

A indústria e o comércio patinam e o futuro da economia anda mais nebuloso do que o destino do emedebista após a perda do foro privilegiado. E os brasileiros, quando ouvem a frase, continuam a entendê-la perfeitamente: tratou-se de aval para a compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, condenado por corrupção e parceiro

do ex-vice-presidente decorativo na trama do impeachment e em outros empreitadas.

Meses antes, Temer quase enfrentou um processo do técnico Felipão por conta de outro insight de seu marqueteiro, que achou criativo recorrer a uma metáfora futebolística: o emedebista seria Tite, enquanto Dilma Rousseff se compararia a Felipão, treinador da Seleção Brasileira na derrota de 7 a 1 para a Alemanha na semifinal da Copa de 2014. A ameaça de ação judicial e a péssima repercussão da tirada obrigaram Mouco a recolher o time de campo.

Tem mais. O marqueteiro demonstrou seu profundo conhecimento das redes sociais a sugerir “mudar esse algoritmo” depois de sua equipe detectar uma onda de “vomitações” no Facebook dirigidos a Temer. Segundo Mouco, a internet havia sido invadida por petistas. É óbvio, só podem ser simpatizantes do PT os quase 80% de brasileiros que consideram o governo “ruim” ou “péssimo” e que tem náuseas ao ouvir o nome do emedebista.

Nunca entendi o motivo de Temer, tão habilidoso na auto-sabotagem, precisar de uma equipe inteira e remunerada para diariamente imaginar formas de piorar a sua imagem. Quem necessita de um marqueteiro se é capaz de, num impulso, entregar ao vivo uma nota de 50 reais a Silvio Santos, dono do SBT, após este defender fervorosamente a Reforma da Previdência? Em um só gesto, produziu-se a mais perfeita alegoria da

maciça distribuição de verbas publicitárias do governo para comprar a opinião dos meios de comunicação a favor das reformas.

Qual a função de Mouco se Temer foi capaz de saudar efusivamente os jornalistas que participaram no Palácio do Planalto de um simulacro de entrevista durante o programa Roda Viva, da TV Cultura (“Cumprimento vocês por mais essa propaganda”)?

E quem teria imaginado, a não ser o próprio, o marcante pronunciamento no Dia Internacional da Mulher, quando, ao lado da esposa, Marcela Temer, acentuou a contribuição feminina à economia: “Ninguém é mais capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de identificar melhor eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico.” As senhoras de Santana, enfim representadas, não contiveram as lágrimas.

Obviamente, como tudo indica, posso estar redondamente enganado e Elsinho Mouco não possui uma estratégia de marketing arriscada e incompreendida. Talvez simplesmente não tenha a mínima noção do que fazer. Neste caso, só resta uma explicação: um desejo recôndito, freudiano, irrefreável, de confissão, do tipo que acomete assassinos passionais, crianças que comem doce fora da hora e certos golpistas

Fonte: Carta Capital

STF DÁ UM PASSO NA ANÁLISE DO GANHO REAL DA APOSENTADORIA ACIMA DO MÍNIMO

O STF (Supremo Tribunal Federal) irá decidir se os benefícios do INSS podem ser revisados para receber reajustes anuais iguais aos aplicados ao salário mínimo, quando essa alternativa for a mais vantajosa para o segurado.

Submetido ao plenário virtual pelo relator, ministro Marco Aurélio, o recurso extraordinário que trata do tema teve reconhecida o que juridicamente se chama de repercussão geral. Ou seja, a decisão, quando for tomada, terá efeito sobre todas os processos com a mesma finalidade. Ainda não há data prevista para o julgamento que vai avaliar o tema, segundo informou nesta segunda-feira (14) o STF.

Atualmente, existem duas regras para reajuste dos benefícios da Previdência Social. Para quem recebe mais do que um salário mínimo, a legislação determina a reposição da inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística). É uma alternativa para manter o poder de compra dos beneficiários.

Para aqueles que ganham o salário mínimo, que corresponde ao piso dos benefícios, deve ser aplicada regra que dá reajuste real.

No caso do salário mínimo, o aumento anual leva em conta a inflação medida pelo INPC do ano mais o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Como aumento do mínimo foi mais vantajoso nos anos de crescimento econômico, aposentadorias e pensões acima do piso tiveram correções menores.

Desde 2003, por exemplo, quando o país ingressou num período de crescimento, o salário mínimo, por causa de sua regra de reajuste, acumulou um ganho de quase 80% segundo cálculo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Quem ganha benefício acima do mínimo e segue outra regra, tem resultado oposto. Desde de julho de 1994, quando o real passou a ser a moeda do país, beneficiários do INSS que ganham mais do que o piso viram sua renda perder 53% do valor, quando comparada ao salário mínimo, de acordo com o especialista em cálculos previdenciários Newton Conde.

Para Conde, porém, isso não significa que houve desvalorização dessas aposentadorias. "O benefício do INSS não está achatado, pelo contrário, se comparamos com o IPCA, que é a inflação oficial, teve um ganho real de 18,6%", afirma. Uma decisão favorável à correção mais vantajosa a todos os benefícios teria impacto "desastroso nas contas públicas", diz.

A decisão do Supremo de discutir o melhor reajuste para os benefícios é importante para aposentados e pensionistas, mas ainda não é hora de comemorar, diz o presidente do Iprevid (Instituto de Estudos Previdenciários), Roberto de Carvalho Santos. O principal argumento a favor da revisão é regra que determina ao INSS o pagamento do melhor benefício ao qual o segurado tem direito. "É frágil", afirma. (FONTE: CORREIO DO ESTADO)

PROTESTOS NA NICARÁGUA CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEIXAM UM MORTO, FERIDOS E FECHAM ESCOLAS

A Nicarágua está vivendo dias de violência, diante dos protestos contra a reforma da Previdência, proposta pelo governo de Daniel Ortega. A exemplo do que aconteceu no Brasil, o governo nicaraguense anunciou uma reforma na previdência que corta direitos dos trabalhadores. No Brasil, não houve violência e a reforma da previdência foi



engavetada pelos parlamentares diante do desgaste sofrido perante a opinião pública. Na Nicarágua, os protestos nas principais cidades do país continuam intensos. Os embates entre manifestantes e forças policiais deixaram um morto e mais de 10 feridos em Matagalpa, no Norte do país. Por determinação do Ministério da Educação nicaraguense, as escolas fecharam suas portas nesta terça-feira

(15) como medida de segurança. O acirramento do clima ocorre no momento em que a Igreja Católica, por meio da Conferência de Bispos, negocia o fim da violência e um acordo com as autoridades federais.

A Nicarágua completa 29 dias de protestos que deixaram entre 54 e 65 mortos, segundo organizações humanitárias, sem contar a última vítima identificada como Wilder Reyes Hernández, de 37 anos, trabalhador da prefeitura de Matagalpa.

A informação foi confirmada pelo prefeito de Matagalpa, Sadrach Zeledón. Segundo ele, grupos antagônicos ao governo dispararam contra o trabalhador desse município e também queimaram parte das instalações da delegacia local. "Essa gente não quer paz, quer derramar o sangue de irmãos no país. O que querem é dor, o sofrimento do povo de Matagalpa e do povo nicaraguense", disse o prefeito.

Vídeos divulgados nas redes sociais mostram que os policiais dispararam armas de fogo e bombas de gás lacrimogêneo na direção de manifestantes. Os protestos na Nicarágua ocorrem desde o último dia 25. Os manifestantes pedem justiça, fim da repressão e não admitem qualquer mudança no sistema de Previdência Social do país, como propõe o governo.

Mediação

Paralelamente, os sacerdotes Óscar Decoto, César Corrales, Denis Martínez e Sadiel Eugarrío negociam um acordo para cessar a violência. "As pessoas estão protestando, mas precisamos também intermediar para que não haja derramamento de sangue. É o que pede a Igreja. O protesto tem que ser pacífico, mas sem agressão, é o que sempre se pede", declarou Eugarrío a jornalistas.

A convocação de um diálogo nacional desde ontem não freou os saques, os enfrentamentos e os bloqueios nas estradas.

Fonte: Agência EFE

MAIS DE 400 MANIFESTAM APOIO A PROCURADOR QUE CHAMOU TEMER DE LEVIANO E CALUNIOSO

Depois de chamar o presidente Michel Temer (MDB) de "leviano, inconsequente e calunioso", o procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima, da força-tarefa da Operação Lava Jato, recebeu o apoio de mais de 400 operadores do Direito, entre colegas procuradores, promotores e magistrados, em nome da liberdade de expressão. Por meio de manifesto (íntegra abaixo), o grupo se antecipa ao julgamento, a ser realizado hoje (terça, 15), de um processo disciplinar aberto no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) contra Carlos Fernando em razão do que ele escreveu sobre Temer nas redes sociais (reprodução abaixo).



Em 28 de junho de 2017, o procurador escreveu no Facebook que o presidente era “leviano” ao fazer acusações sem prova contra a Procuradoria-Geral da República (PGR). Trata-se de referência aos discursos em que Temer, fustigado por denúncias de corrupção, por mais de uma vez foi a público acusar membros da PGR de desvios como recebimento de valores em processos de delação premiada. Na época, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou duas denúncias contra o emedebista e o acusou de corrupção, obstrução de Justiça e participação em organização criminosa.

“Temer foi leviano, inconsequente e calunioso ao insinuar recebimento de valores por parte do PGR. Já vi muitas vezes a tática de ‘acusar o acusador’. Lula faz isso direto conosco. Entretanto, nunca vi falta de coragem tamanha, usando de subterfúgios para dizer que não queria dizer o que quis dizer efetivamente. Isso é covardia e só mostra que não tem qualificação para continuar no cargo”, criticou Carlos Fernando.

“Do jeito que vai tocar esse país é capaz de atuais acusados pela Lava Jato, também não qualificados para o cargo, consigam apoio da sociedade para voltar para a Presidência. É só lembrar que o governo incompetente de José Sarney levou ao desastre do governo [Fernando] Collor”, acrescentou o procurador, que pode receber punições como advertência verbal, suspensão das funções ou até sofrer processo que culmine em exoneração do cargo.

No “Manifesto pela liberdade de expressão”, os procuradores, promotores e magistrados fazem alusão a pensadores e citam leis sobre direito à livre manifestação, sem citar o presidente e apenas sugerindo seu nome. “É temerário pretender regular a liberdade de manifestação dos membros do Ministério Público pela via disciplinar punitiva. Diante da acentuada complexidade do tema, com dimensão no marco internacional de proteção de garantias, é preciso antes deixar que a questão, no plano dos direitos, amadureça na esfera apropriada para a definição de seus reais contornos: o Parlamento e a Suprema Corte, intérprete última da Constituição”, diz trecho da carta de apoio.

Fonte: Congresso em Foco

**Servidor, aceite esse convite,
abraça essa ideia!**

**Deixe sua doação na
sede do Sintram:**

Av. Getúlio Vargas, 21 Centro.



**CAMPANHA DO
AGASALHO**

Sintram Centro-Oeste/MG

 **SINTRAM**
CENTRO OESTE / MG

Sind. Trab. Mun. Divinópolis e Região Centro Oeste / MG